



ID: 114090491

12-11-2024

Não tiveram a coragem de prevenir, vão ter de remediar – as lições de Valência

**Helena Lopes e Catarina Roseta Palma**

Na semana da COP29, é importante aprender com os desastres naturais e políticos de Valência.

Sabendo que as políticas ecológicas só costumam ser apoiadas por eleitores das classes média e alta, os governos e a maioria dos políticos preferem abster-se de implementar as políticas que efetivamente lutariam contra a degradação dos ecossistemas. A votação nos partidos verdes diminuiu em quase toda a Europa porque a maioria dos cidadãos teme os efeitos destas políticas no seu emprego. Em Portugal, um governo que se dizia comprometido com a mitigação das

alterações climáticas decidiu reduzir o Imposto sobre os Produtos Petrolíferos e Energéticos (ISP) em 2022, para compensar a população pelo aumento do custo de vida, fomentando assim consumos recorde de combustíveis fósseis.

Mas não é porque não se enfrentam os problemas que eles desaparecem. A tragédia de Valência é um prenúncio do que acontecerá num futuro muito próximo. Os políticos acabarão por ter de enfrentar os eleitores – todos os eleitores. Serão recebidos com violência, haverá troca de acusações e terão no final de assumir as suas responsabilidades. “*El negacionismo mata*”, lê-se num cartaz dos manifestantes.

Os governos terão de pagar os imensos estragos dos desastres naturais aos cidadãos que ficarem sem casa, aos agricultores que ficarem sem colheitas, às empresas que ficarem sem instalações e sem equipamentos. Esses custos deverão ser pagos por todos.

Seria então urgente informar os eleitores que os investimentos para a adaptação às novas condições climáticas e a reparação

das destruições vão representar 5 a 7% do PIB a médio prazo, de acordo com as estimativas do Instituto Internacional de Análise de Sistemas Aplicados (IIASA). Ou seja, se não se adotarem políticas drásticas de descarbonização nos próximos anos, haverá uma diminuição de 5 a 7% do nível de vida. Em contraste, os investimentos necessários para uma transição ecológica efetiva são de cerca de 2% do PIB, e o resultado seria uma melhoria substancial da qualidade de vida.

Isto tem de ser dito aos eleitores: para além da contínua subida do preço dos alimentos e da habitação, serão eles quem terá de pagar os custos que resultarão da inação ecológica... dos seus governantes.

Em Valência, os habitantes revoltaram-se contra as falhas dos sistemas de alerta e contra a incapacidade das autoridades em remediar os efeitos deste enorme desastre. Por enquanto, os cidadãos não se revoltam contra a inação ecológica dos governantes mas, perante a multiplicação dos eventos climáticos extremos, que sucederá com certeza absoluta, isso acabará por acontecer.

Em Valência também centenas de habitantes poupados pela tragédia vieram ajudar os que ficaram submergidos pela lama, sem electricidade e sem água, a restaurar condições mínimas de vida. As pessoas são solidárias quando sabem ser necessário. É essa solidariedade que importa aprender a mobilizar, antes das tragédias.

É também necessário, obviamente, tomar medidas que mostrem aos cidadãos-trabalhadores das classes médias e baixas que não têm de ser perdedores na transição ecológica, como o estão a ser da transição digital e foram da globalização.

A culpa não é só dos políticos, a quem falta coragem para assumir políticas realistas de descarbonização face à possível perda de votos, mas é também dos comentadores, nomeadamente muitos académicos, que se comportam mais como políticos em busca de popularidade do que como agentes responsáveis pela difusão do conhecimento científico. Os eleitores merecem saber a verdade sobre o seu futuro.

Professoras no Iscte-IUL